

O Ajuste Fiscal e o Bode A necessidade verdadeira e a mentira do possível

São Paulo – SP. 08 JUL 2016

Mario Cezar Silva Serpa¹

Reza a lenda nos idos do comunismo que uma família de 11 pessoas morava em um apartamento minúsculo e com um banheiro somente. O chefe da família, vivendo aquela situação de penúria, resolveu reclamar com o Camarada que prometeu uma solução: mandou um bode para o convívio da família – que adorava ficar na sala. Obviamente, o que era uma situação muito ruim virou um inferno, e assim o chefe da família voltou ao Camarada suplicando a retirada do animal do apartamento. Dias depois o Camarada mandou retirar o bode e chamou o chefe da família para saber das coisas, ao que lhe foi dito: “agora que tiraram o bode da sala, está bem melhor”. Desde que a nova equipe econômica do Presidente interino Michel Temer assumiu, vimos a meta do *déficit* fiscal de 2016 *saltar* para estratosféricos R\$ 170 bilhões, e nas últimas semanas as estimativas para 2017 rondar os R\$ 200 bilhões. Finalmente, agora nos foi apresentado R\$ 139 bilhões como a meta mais realista para 2017: eis o nosso bode fora da sala!

Poucos são os economistas que não aceitam que o ajuste fiscal é a pedra fundamental para realinhamento de nossas finanças e a retomada do crescimento sustentado da economia. Também são poucos aqueles que não enxergam a irresponsabilidade fiscal dos últimos anos, mas não parecem muitos aqueles que põem em cheque a transparência e o nível de governança que regem as contas que compõem o *superávit/déficit* fiscal. Assim, dando o crédito que uma equipe competente como a atual merece (equipe cujas premissas para a retomada do crescimento econômico fundamentam-se exatamente no ajuste fiscal), assume-se como verdadeira a nova estimativa. Contudo, apenas seis meses atrás nenhum economista ou empresa de consultoria econômica, nem mesmo os mais pessimistas, ousava apresentar um *déficit* de R\$ 170 bilhões, tamanha a distância para os números discutidos à época para 2016. Será mesmo que projetar receitas e despesas neste segmento, com dezenas de teses econômicas premiadas mundo afora em como estimar arrecadação do governo e inúmeras metodologias desenvolvidas para mensurar as despesas, é tão difícil que ninguém conseguiu prever este número? Foi surpresa total? Ou será que existiu um conluio generalizado na administração anterior de modo a “esconder” a realidade dos fatos? Ou, antes disso, a atual equipe econômica se equivoca na identificação e no mapeamento dos números? Ou, por fim, a necessidade de ajuste gradual somada a uma situação política precária “impede” a verdade? Não importa, o benefício da dúvida está dado à atual equipe econômica, mas se espera um detalhamento das despesas e uma clara identificação de como se chegará nas receitas.

Neste sentido, para entender o racional do gerenciamento das contas públicas, terá o governo de vir a público apresentar suas perspectivas de longo prazo, por mais difícil e impreciso que possa ser (mas definir essas metas e diretrizes para alcança-las é imperioso neste momento). Na verdade, não está tão difícil assim, pois integrantes da equipe econômica já faziam isso antes de compor o governo, basta agora o alinhamento da técnica e das necessidades com a política e o que é possível. Desta forma, precisamos que a política, como a arte do possível, alinhe-se ao que de fato o país necessita, e pode. Não por um luxo ou uma obstinação insensível onde contingenciamentos adicionais promovem o oposto do juramento dos economistas, “...a *promoção do bem estar social e econômico da nação...*”, mas a certeza de que o não ajuste de hoje será um fardo pesadíssimo amanhã – realidade que estamos vivenciando. O afastamento que tivemos ao adotarmos a chamada Nova Matriz Macroeconômica cobra seu preço hoje, e reverter esta

situação significa reconhecermos que gastamos o que não tínhamos condições de gastar, e que, portanto, precisamos rever tudo isso. O ajuste virá de um jeito ou de outro, mais cedo ou mais tarde, de forma direta ou indireta – a inflação está aí para não nos deixar mentir.

Como não vivemos isolados do mundo e somos desesperadamente necessitados de poupança externa, resolver ou não as contas públicas impacta diretamente no apetite dos investidores estrangeiros para o Brasil. E estes investidores contam muito com o conceito que agências avaliadoras de risco dizem sobre nós, sendo o principal indicador de solvência de um país (dentre outros) a razão Dívida Bruta/PIB. A irresponsabilidade do governo anterior nos levou a perder o Grau de Investimento, e com ele afugentou (em alguns casos impediu) o interesse de diversos investidores internacionais. Suprimiu-se assim uma fonte de recursos importantíssima, cuja volta é incerta e depende deste ajuste que nos devolva o *status* de bons pagadores novamente.

Voltar a ser um país com Grau de Investimentos precisa ser nossa meta. Para atingir este objetivo várias ações são necessárias, mas o ajuste fiscal é o primeiro e mais importante passo. Sob este ângulo, as metas de R\$ 170 bilhões para 2016 e, sobretudo, de R\$ 139 bilhões para 2017 não ajudam nem um pouco. Mais do que isso, a meta de 2017 não parece coadunar-se com a hipótese do governo de crescimento do PIB em 1,2% em 2017. Nossas estimativas até resultam em um *déficit* de aproximadamente R\$ 128 bilhões (sem maiores esforços de redução), mas os exercícios de projeção do PIB mostram um crescimento negativo de 1,3%. Em outras palavras, alguém está muito, mas muito errado mesmo – ou a base de dados para as projeções estão equivocadas.

No fim das contas isso importa muito pouco, porque não será a mentira do possível a ser feito, mas a verdade da necessidade premente que selará nosso futuro. Projeções honestas da relação Dívida Bruta/PIB nos levam a inimagináveis 90% nos próximos anos, sendo necessários *superávits* de 4% para ao menos estabilizar a referida relação. Matematicamente não tem muito mistério: reduzir despesas, aumentar receitas e ter um PIB crescente – enfrentar isso é o problema, e a primeira medida precisa ser diminuir drasticamente a despesa. Agências classificadoras de risco não ficarão inertes a estes prognósticos e nosso *rating* não estará incólume a estas projeções. A alternativa é agir, e agir de forma intensa agora – surpreender a todos com medidas que não deixem dúvida acerca do esforço no curto, médio e longo prazos. Todos sabem dos limitadores para o gerenciamento do orçamento – para isso acreditamos nas mentes brilhantes da nova equipe trazer novas ideias (apesar da participação do Ministro do Planejamento, com passagem pelas administrações de Mantega e Nelson Barbosa – o breve –, cujo passado parece incompatível com o atual ajuste). Mais do que a habilidade política, precisamos da coragem, da visão e do desprendimento de um verdadeiro estadista para colocar o país nos eixos.

O mercado financeiro e a sociedade brasileira estão dando o benefício da dúvida para a nova equipe, mas essa trégua tem limites que vão desde a transparência de seus atos e o pragmatismo de suas ações, até o efetivo reflexo no cerne do problema e os efeitos na economia. Qual o problema? Esta “lua de mel” não dura muito, a sociedade está cansada e por saber que este ajuste necessariamente será de longo prazo, torna-se necessária a apresentação imediata de um plano de longo prazo. Querer coordenar esse processo com o melhor momento político pode ser suicídio. Não dá para simplesmente tirar o bode da sala. É preciso arrumar um jeito melhor de viver.